DEFENDER LIDERANÇAS INDÍGENAS É DEFENDER OS TERRITÓRIOS

A Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA) reafirma a importância fundamental do trabalho das lideranças indígenas na defesa dos territórios, na proteção das florestas e na garantia dos direitos coletivos. São essas lideranças que, há décadas, enfrentam pressões externas, ameaças, conflitos fundiários e constantes tentativas de criminalização, ao mesmo tempo em que asseguram a vida e a continuidade dos povos.

No Maranhão, inúmeras histórias ilustram claramente esse compromisso, a exemplo da Terra Indígena Caru. Lar do povo Guajajara, do povo de recente contato Awá e de grupos em isolamento voluntário, a Caru está localizada em região estratégica e forma uma das últimas áreas contínuas de floresta Amazônica no Maranhão, junto das TIs Awa, Araribóia, Alto Turiaçu, e da Reserva Biológica do Gurupi. Historicamente marcada por invasões e exploração ilegal, a TI Caru era, entre 2009 e 2014, um dos territórios mais pressionados pelo desmatamento e pelo avanço de ilícitos ambientais.

Relatos, matérias e documentos resultantes de operações realizadas pelo Ibama no período apontam a atuação massiva de madeireiros na região, exercendo atividades ilegais. Os números da época são alarmantes, relatando apreensão de 300m³ madeira nobre em 2009, e em 2016, os relatos apontam que a retirada ilegal de madeira na TI Caru e na Rebio Gurupi chegava a 120 mil m³ por ano, o equivalente a 30 mil árvores, segundo estimativa da movimentação nas serrarias do entorno.

Esse cenário de violações se estendia por todo o Maranhão, fazendo com que os povos indígenas se sentissem compelidos a empreender estratégias próprias de autoproteção territorial. Diante da omissão sistemática do Estado em garantir a integridade de suas terras, as comunidades indígenas organizaram sistemas autônomos de vigilância e monitoramento, promovendo uma verdadeira reviravolta na defesa territorial.

Nos anos seguintes, a mobilização das lideranças e das comunidades resultou em uma transformação especialmente na região da T.I Caru. A criação e o fortalecimento de grupos de vigilância, iniciativas de monitoramento territorial e ações comunitárias contínuas contribuíram para reduzir invasões, recuperar áreas degradadas e estabelecer uma referência estadual em proteção ambiental. Hoje, a TI Caru conta com diversos coletivos atuantes na defesa da floresta, muitos deles

formados por jovens e reconhecidos nacionalmente e internacionalmente pelo compromisso com a proteção da biodiversidade. As Guerreiras da Floresta mobilizam 42 mulheres Guajajara em defesa da TI Caru, enquanto 40 homens formam o coletivo Guardiões da Floresta, dois grupos que trabalham conjuntamente em monitoramento territorial, denúncias de ilícitos e educação ambiental. A Brigada Federal de Combate a Incêndios atua por seis meses e evita a perda de vegetação e biodiversidade por queimadas de grande proporção, como já aconteceu em 2015.

Apesar disso, enfrentamos, mais uma vez, tentativas de deslegitimar o trabalho das lideranças por meio de processos violentos, sem considerar o contexto do território nem o papel transformador desempenhado por essas mesmas lideranças ao longo dos últimos anos. A criminalização, especialmente quando descolada da realidade e dos avanços conquistados pelas comunidades, enfraquece a proteção territorial e coloca em risco a segurança de quem atua na linha de frente.

A COAPIMA rejeita qualquer narrativa que busque deslegitimar o esforço coletivo do povo Guajajara na TI Caru e reafirma que a defesa do território é uma responsabilidade assumida de forma coletiva, contínua e reconhecida em todo o Brasil. A criminalização de lideranças indígenas não contribui para a justiça: ela desestrutura territórios, fragiliza comunidades e atende aos interesses de quem historicamente violou direitos.

Também é necessário questionar a quem interessa a criminalização de lideranças que dedicam suas vidas à proteção do território. Enquanto os indígenas seguem sendo responsabilizados com o máximo rigor, mesmo em casos antigos e já superados no âmbito comunitário, crimes cometidos contra nossos povos raramente recebem a mesma atenção do Estado. Ameaças constantes, invasões recorrentes aos territórios e assassinatos de homens e mulheres indígenas em diversas regiões do Maranhão seguem sem responsabilização efetiva e sem a devida resposta institucional.

No estudo “Acesso à Justiça por povos indígenas do Maranhão”, divulgado em 2021, que buscou informações sobre casos em primeira e segunda instância no período de 2003 a 2019, de 57 assassinatos, pelo menos 21 tiveram relação com a defesa dos territórios e nenhum destes casos possui sentença de condenação. Em 2025, a situação permanece inalterada. Além disso, nos demais processos, a falta de investigação impossibilita saber se houve ou não motivação territorial. As ameaças se acumulam, com um grande número delas originadas na proteção dos territórios, conforme estão registradas em matérias e relatórios.

Por fim, é fundamental ressaltar que o líder atualmente condenado tem uma trajetória marcada pela defesa territorial e pela transformação dentro do próprio território. O processo que agora resulta em condenação refere-se a um episódio antigo, que não reflete a realidade atual e nem no período da denúncia. O cacique, neste período, sofreu ameaças e sua vida virou oferta de recompensa, oferecida por praticantes de ilícitos, colocando toda a comunidade em risco.

O cacique Antônio Wilson, também conhecido como “Pistola”, desempenha um papel fundamental na mobilização e manutenção dos grupos organizados na TI Caru. É presidente da Associação Comunitária Wirazu, que funciona como um guarda-chuva de apoios para o fortalecimento da comunidade, o que fortalece a atuação dos coletivos Guerreiras da Floresta, Guardiões da Floresta, Brigada de Combate à Incêndios, Juventude Zawató. Atualmente preside o Mosaico do Gurupi, que foi fruto de intensa mobilização e organização interinstitucional. Este Mosaico de áreas protegidas, as terras indígenas Alto Turiaçu, Alto Rio Guamá, Arariboia, Caru, Rio Pindaré e a Reserva do Gurupi, sempre foi acompanhado pelo cacique, com participação ativa, desempenhando diversos papéis na governança desde o início.